

	Documento inserido no processo	Objetivo:	Conjunto de informações:	Obrigatoriedade de:	OBS:
Etapas Anteriores à Avaliação Jurídica	Informação inicial do processo	Identificação de Propriedade e Produtor	Nome da Propriedade	Obrigatório	
			Cadastro da Propriedade no SDA/SEAPI	Obrigatório	
			Endereço da Propriedade	Obrigatório	
			Identificação do Produtor	Obrigatório	Ou representante legal.
			CPF Produtor	Obrigatório	Ou CNPJ da empresa.
	Atestado emitido por MVH	Identificação dos animais deverão ser sacrificados	Atestado conforme Anexo III da IN 30/2006	Obrigatório	
	Portarias de autorização de Sacrifício	Identificar responsável pela autorização do sacrifício	Portaria conforme AFFA emitente da autorização de sacrifício	Obrigatório	São 4 AFFAs com Portaria para autorização de sacrifício. Destes apenas 2 tem portaria determinando competência para avaliação.
	Autorização de Sacrifício	Autorizar o sacrifício	Números de animais, propriedade e proprietário.	Obrigatório	
	Ofício do Órgão Executor de Saúde Animal	Determinação de Vazio Sanitário	Informação da propriedade submetida ao vazio sanitário	Facultativo	Somente em casos de vazio sanitário
	Despacho DSR/DAS	Ratificação da autorização de Sacrifício	Registro de concordância da Divisão de Sanidade de Ruminantes/Departamento de Saúde Animal – MAPA (DSR/DAS) com o sacrifício proposto.	Obrigatório	
	Portaria da comissão de avaliação	Identificar comissão de avaliação	Nomes dos avaliadores	Facultativo	Só inserida quando o AFFA avaliador não é o emitente e da autorização de sacrifício
	Auto de avaliação	Atribuir valores aos animais sacrificados de acordo com a Lei 569/48	Valor por animal sacrificado	Obrigatório	
Informação dos critérios de avaliação remota	Explicar critérios de avaliação remota	Texto padronizado como o os valores de referência, respeitando critérios zootécnicos para atribuição de valores de avaliação conforme informação originada no OESA.	Facultativo	Somente nos casos de avaliação remota	
Informação de convênio MAPA/SEAPI	Informar existência de convênio entre as instituições		Facultativo	Obrigatório nos processos autorizados até 31/12/2017	

	Declaração do proprietário	Declarar a concordância com os valores atribuídos pela comissão de avaliação	Identificação do proprietário, propriedade e valores atribuídos pela comissão	Obrigatório	Facultativo nos casos de discordância dos valores
	Guia de Trânsito Animal (GTA)	Informar o trânsito dos animais da propriedade ao frigorífico para sacrifício.	Comprovação do sacrifício dos animais	Facultativo	Obrigatório nos casos de abate em frigorífico
	Laudo de abate	Comprovar a correta destinação das carcaças		Facultativo	
	Relatório de Acompanhamento e Vigência Epimideológica (RAVE)	Informar o acompanhamento pelo OESA do sacrifício dos animais na propriedade		Facultativo	Obrigatório nos casos de sacrifício na propriedade
	Ofício de encaminhamento para avaliação jurídica				
Etapas Posteriores	Despacho à DSR/SDA.	Encaminhamento do processo.	Solicitação de descentralização de recursos	Obrigatório	
	Despacho da DSR/SDA.	Descentralização dos recursos		Obrigatório	
	Despacho ao SEDF	Solicitação de execução financeira	Identificação do proprietário e valor a receber	Obrigatório	
	Arquivamento	Encerramento do processo			